



ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010

1 **CONSELHEIROS PRESENTES**

2 Paulo Cesar da Costa – representante titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
3 Econômico Sustentável - SDS

4 Silvio Thadeu de Menezes – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura –
5 SAR;

6 Sebastião Silveira – representante suplente da Secretaria de Estado Infra Estrutura - SIE

7 Francisco Carlos Portela – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde – SES;

8 Germano Amorim Filho - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF;

9 José Belmont Verzola - representante suplente Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A-
10 CELESC;

11 Cláudio Ramos Floriani Júnior - representante titular da Companhia Catarinense de Águas e
12 Saneamento – CASAN;

13 Vanessa Santos – representante suplente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
14 – CASAN;

15 Gilvani Voltolini - representante titular da Fundação de Meio Ambiente – FATMA;

16 Cap. Marledo Egídio Costa - representante suplente da Guarnição Especial de Polícia Militar
17 Ambiental - GEPMA;

18 Fabiane Nóbrega – representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de Santa
19 Catarina;

20 Ives Luiz Lopes – representante titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no
21 Estado de Santa Catarina - FETAESC;

22 José Vicente Miranda Regina - representante titular da Associação Brasileira de Recursos
23 Hídricos - ABRH;

24 Alberto Odon May - representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros – ACE;

25 Beate Frank - representante titular da Associação Catarinense das Fundações Educacionais -
26 ACAFE;

27 Rose Maria Adami – representante suplente da Associação Catarinense das Fundações
28 Educacionais - ACAFE;

29 Lauro Cesar Zanatta - representante suplente da Associação Brasileira de Águas
30 Subterrâneas - ABAS;

31

32 **REPRESENTANTES DA SDS**

33 Carlos Alberto Rockenback– Secretário Executivo

34 Rui Batista Antunes – Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos - GEPHI

35 Guilherme Xavier de Miranda Junior – Técnico da DRHI

36 Francisco Teruyuki Yokoyama – Técnico da DRHI/GEPHI

37 Graziela Bohusch - Técnica da DRHI/GEPHI

38 César Rodolfo Seibt - Técnico da DRHI/GEPHI

39 Hilbert Hubert – Auxiliar Administrativo da DRHI/GEPHI

40

41 **REPRESENTANTES DE COMITÊS DE BACIAS**

42 Antonio Baptiston – Pró-Comitê Chapecó/Irani

43 José Mario G. Ribeiro – Comitê Cubatão do Norte

44 Djalma S.Bittencourt – Comitê Tijucas

45 Janaina Maia Santos - Comitê Tijucas

46 Enio Faqueti – Comitê Camboriú

47



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

52 Fernando Assanti - Comitê Camboriú
53 Ângela M. S. Bruggemann – Comitê Cubatão do Sul
54 Andréia Borges – Comitê Cubatão do Sul
55 Julio Moschetta – Comitê do Rio do Peixe
56 Cenilda Mazzucco – Comitê Rio Urussanga
57
58
59 OUTROS REPRESENTANTES
60 Jader de Matos – Prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz
61 Fernando de Aquino - FAPESC

62
63 INÍCIO: 08h30min TÉRMINO: 12h40min
64

65 Às oito horas e trinta minutos, em primeira chamada, do dia vinte e quatro de junho de dois
66 mil e dez, no auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
67 Sustentável, reuniram-se os acima nominados para discutir, conforme a ordem do dia, sobre
68 os seguintes assuntos:

- 69 1-Posse do Presidente do CERH;
- 70 2-Posse do Secretário Executivo do CERH;
- 71 3-Posse de novos conselheiros da FATMA e ABES/SC;
- 72 4-Aprovação da ata da 24ª Reunião Ordinária do CERH;
- 73 5-Definição dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta com interesse no
74 gerenciamento de recursos hídricos que deverá compor o CERH para ser incluído no
75 Projeto de Lei que altera a composição do mesmo;
- 76 6-Proposta de encaminhamento ao CNRH de documento para a gestão compartilhada e
77 criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba -
78 Aprovação de Resolução CERH nº 001/2010;
- 79 7-Apresentação da proposta de criação do Comitê de Gerenciamento das Bacias
80 Hidrográficas dos Rio Chapecó, Irani e Contíguos;
- 81 8-Análise da Resolução nº 02/2010 do Comitê Canoas que aprova o Regimento Interno do
82 mesmo;
- 83 9-Processo de Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (envolvimentos dos
84 Estados);
- 85 10-Apresentação do Projeto SC Rural–Microbacias 3–Gestão de Recursos Hídricos e
86 criação da Comissão Técnica do Projeto SC Rural–Microbacias 3;
- 87 11-Encaminhamentos do Plano Integrado de Mitigação e Prevenção de Desastres Naturais
88 da Bacia do Itajaí encaminhado via FAPESC/GTC;
- 89 12-Moção nº 11 do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí;
- 90 13-Balanco Geral de uso dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e previsão
91 para 2010.

92 O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paulo Cesar da Costa,
93 faz sua apresentação pessoal e, em seguida sugere aos conselheiros e demais participantes
94 que todos se apresentem. Após as apresentações dos presentes, o senhor Rui Batista Antunes
95 faz a leitura dos termos de posse do Presidente e do Secretário Executivo. A partir deste
96 momento são empossados como Presidente o Sr. Paulo Cesar da Costa, Secretário de Estado
97 do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e como Secretário Executivo, o Sr. Carlos
98 Alberto Rockenback. Em seguida o Secretário Executivo, o Sr. Carlos Alberto Rockenback



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

102 faz a leitura do Ato de nomeação do novo conselheiro, Sr. Gilvani Voltolini, representante
103 titular da Fundação de Meio Ambiente – FATMA. O Presidente Paulo Cesar da Costa
104 submete à aprovação dos conselheiros a Ata da última reunião do Conselho, a qual foi
105 aprovada por unanimidade. Passando para o quinto item da pauta: Definição dos Órgãos da
106 Administração Pública Direta e Indireta com interesse no gerenciamento de recursos
107 hídricos que deverá compor o CERH, para ser incluído no Projeto de Lei que altera a
108 composição do mesmo. O Presidente Paulo Cesar da Costa passa a palavra ao Sr. Rui Batista
109 Antunes esclarecendo que no ano de 2009, o projeto de lei foi amplamente discutido na
110 Comissão de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL e aprovado em Reunião Ordinária do
111 CERH. Manifestou, ainda, que ao ser encaminhado para Consultoria Jurídica da SDS, para
112 emissão de parecer, aquela Consultoria, manifestou a necessidade, conforme lei, da
113 nominata dos entidades da Administração Pública que integrarão o CERH antes de
114 encaminhar o Projeto de Lei para o Executivo. Como sugestão para a discussão, poderia ser
115 inserido no Projeto de Lei, no item a, seis representantes de Órgãos da Administração
116 Pública Direta e Indireta com interesse no gerenciamento de recursos hídricos. as seguintes
117 entidades: SDS, SES, SAR, SIE, GEPMA, FATMA, ficando de fora a SEF e SEP. Já no
118 item b, três representantes de empresas públicas, autarquias ou sociedade de economia mista
119 concessionária de serviços públicos relacionadas com o uso de recursos hídricos, a sugestão
120 seria as seguintes entidades: CASAN, CELESC e EPAGRI. Ainda, no item c, três
121 representantes de entidades públicas de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos
122 hídricos: IFSC, UFSC, UDESC. Estas são as sugestões que a SDS esta apresentando, não
123 necessariamente tem de ser estas entidades, o importante que nesta reunião saia definido as
124 entidades para que o processo siga em frente. Aberta a palavra, o conselheiro Germano
125 Amorim Filho, manifestou que sua entidade gostaria de continuar participando do CERH,
126 pois a SEF é responsável pela gestão dos recursos financeiros do Estado e todos os recursos
127 que envolve o CERH é obrigatório a passagem pela SEF. O conselheiro Francisco Carlos
128 Portela, manifestou-se que sua entidade já esta dentro do CERH, sugerindo que no item c do
129 projeto de lei, fosse inserindo a UNISUL e a UNIVALI. O Presidente Paulo Cesar da Costa
130 intervém na sugestão do conselheiro, manifestando que no item 4º, do Projeto de Lei, já esta
131 contemplado a sugestão do mesmo: associações técnicas de profissionais sem fins lucrativos
132 e entidades privadas de ensino e pesquisa com interesses e atuação comprovada na área de
133 recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal. O conselheiro José Belmont
134 Verzola, manifestou que a CELESC foi dividida em três: a Holden, a CELESC Distribuição
135 e a CELESC Geração e que seria interessante caracterizar qual delas irá participar do CERH.
136 Afirma, ainda, que a mais conveniente seria a CELESC Geração, a qual participa como
137 representante. O Presidente do Comitê Tijucas, Djalma S. Bittencourt manifestou qual
138 motivo dos comitês não poderem fazer parte do CERH. O Presidente Paulo Cesar da Costa
139 manifestou que no item a, inciso II, do Projeto de Lei, consta: seis representantes e
140 respectivos suplentes, de entidades que tenham assento em comitê de bacia hidrográfica
141 catarinense. Também, no item b é contemplado: seis representantes e respectivos suplentes
142 de entidades usuárias de recursos hídricos, que tenham assento em comitês de bacia
143 hidrográfica catarinense. O Sr. Rui Batista Antunes, manifestou que essa foi à única forma
144 para que os comitês pudessem integrar-se ao CERH, pois não existe possibilidade de todos
145 os comitês fazerem parte devido o arranjo paritário. A conselheira Beate Frank manifestou
146 que já teve uma discussão intensa no CERH sobre a participação dos órgãos públicos e da
147 sociedade civil, assim, todos esses setores passam a ser indicados pelos comitês. Afirmou,
148
149
150
151



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

152 ainda, que não são os Presidentes de comitês que nomeiam os representantes, e sim as
153 entidades que atuam ativamente nos comitês, como os consórcios intermunicipais e as
154 associações de municípios que estejam inseridas nos mesmos. Na sociedade civil terá doze
155 representantes que tenham acento nos comitês de bacias, sendo seis de entidades de vários
156 segmentos e os outros seis de representantes de entidades usuárias de recursos hídricos,
157 incluídas as entidades municipais e privadas encarregadas da prestação de serviço público
158 de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as SAMAES, os irrigantes e as
159 agroindústrias, entre outros. O Conselheiro Cláudio Ramos Floriani Júnior manifestou que a
160 CASAN solicitou que os comitês de bacias integrassem o CERH e a formula que foi
161 concedida foi a melhor do que se tem visto em outros conselhos e até mesmo no próprio
162 CNRH, do qual integra, pois o que se pretende aqui é garantir que esses segmentos se façam
163 presente via comitê. O Conselheiro José Vicente Miranda Regina, manifestou que quando se
164 diz o seguinte, os representantes dos usuários serão indicados pelos comitês, a de se ter
165 cuidado, pois na verdade os usuários devem se reunirem e indicarem os seus representantes
166 que não necessariamente pertença ao comitê mas sim a instituição. Citou, ainda, que no
167 CNRH os usuários se reúnem com data marcada e dali sai a indicação do representante. O
168 Presidente do Comitê Cubatão Norte, Senhor José Mario, perguntou para ele entender
169 melhor, no caso do Comitê Cubatão, a Associação Empresarial de Joinville, como usuária de
170 água, poderia solicitar a representação no CERH? O Presidente Paulo Cesar da Costa,
171 afirmou que sim. Na continuidade o Sr. Rui Batista Antunes, manifestou que os
172 representantes da SPG, como integrante do CERH, sempre são convocados para as reuniões
173 e que dificilmente comparecem as mesmas. Continuou manifestando que o Conselho é
174 voltado para as questões da água que pela discussão a paridade, até o momento, estaria
175 assim formada: SDS, SES, SAR, SIE, GEPMA, FATMA e SEF. Acrescentou, ainda, que
176 mesmo o representante suplente da Secretaria de Estado Infra Estrutura, Sebastião Silveira,
177 não se manifestar, esta entidade é de extrema importância continuar participando do CERH.
178 Uma conselheira (não foi possível ouvir a identificação na gravação) manifestou que a
179 FATMA já é vinculada a SDS, neste caso, ela poderia ser retirada do CERH. O Sr. Rui
180 Batista Antunes, manifestou que existe cada vez mais o vínculo entre SDS e FATMA por
181 causa da outorga do uso do direito da água e do licenciamento. O conselheiro Gilvani
182 Voltolini, defende a permanência da FATMA dentro do CERH, pois dentro do
183 licenciamento é aplicado a balneabilidade e existe um projeto do Governador em construir
184 um novo laboratório, o Instituto de Perícias, hoje existe uma demanda em fazer coletas nos
185 rios de Santa Catarina e analisar a balneabilidade. A conselheira Beate Frank, manifestou que
186 o Conselho não é técnico e segue a política de recursos hídricos, onde se estabelece as regras
187 gerais a serem aplicados pelos órgãos executivos. As Secretarias de Estado são órgãos
188 formuladores de políticas, e em conjunto devem ser assessorados pela sociedade, por esta
189 razão que a sociedade também participa do CERH. Concluiu, manifestando que desta forma
190 deve ser privilegiado as Secretarias formuladoras de políticas e não entidades executoras. O
191 conselheiro José Vicente Miranda Regina, manifestou que o conselho formula políticas, a
192 área de execução é outra instância. Admira-se da SPG não estar presente neste conselho,
193 sugere que o Secretário solicite a participação dos representantes dentro do CERH, pois é
194 neste órgão que se elabora toda política de planejamento do Governo do Estado e pode estar
195 diferente a toda política que se defina neste conselho. Não se deve confundir o planejamento
196 de recursos hídricos com questões específicas ao meio ambiente como: balneabilidade e
197 qualidade de água, que não são necessariamente objetos de uma política de recursos
198
199
200
201



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

202 hídricos, comenta-se muito em qualidade e não em quantidade e o CERH tem que privilegiar
203 a quantidade, pois a qualidade esta muito bem suprida pelo CONSEMA e pelos órgãos
204 fiscalizadores de meio ambiente. O Sr. Rui Batista Antunes, manifestou que baseado nas
205 intervenções anteriores, dentro dos seis representantes da administração direta permaneceria
206 a SDS, SES, SAR, SIE, SEF, SPG, e sairia da representação a FATMA e GEPMA. O
207 conselheiro Francisco Carlos Portela, concordou sobre a importância de se manter a SPG e
208 manifestou que no CONSEMA para que uma entidade participe é necessário passar por
209 votação. Afirmou, ainda, que não adianta forçar a entidade se esta não tiver interesse em
210 participar e atuar no conselho. O Presidente Paulo Cesar da Costa, manifestou o problema
211 do interesse das entidades governamentais em participar, pois, muitas vezes, os secretários
212 mudam e pode ser que um secretário não queira participar e outro sim. O conselheiro Silvio
213 Thadeu de Menezes, manifestou da importância de mais entidades participarem do conselho,
214 e que se amplie de seis para oito entidades governamentais para que se torne um conselho
215 mais participativo. O Presidente Paulo Cesar da Costa, manifestou que o projeto de lei vem
216 sendo discutido a pelo menos seis meses e que o número de vagas já foi aprovado pelo
217 conselho, para que isto aconteça é necessário que conste em pauta, e que se faça uma
218 próxima reunião para rediscutir a inclusão das entidades afim de atender a FATMA e
219 GEPMA. A conselheira Beate Frank, manifestou contraria a rediscussão do assunto em
220 pauta alegando que o projeto de lei já esta sendo trabalhado a quatro anos e, ainda, que a
221 dinâmica não depende da composição deste conselho porque o mesmo reúne-se mais ou
222 menos uma vez por ano e sim das câmaras técnicas, e nestas é onde vem sendo sentida mais
223 dificuldade, pois são nestas câmaras onde necessitam estar presentes os órgãos técnicos
224 como FATMA e GEPMA.. Precisamos fortalecer as câmaras técnicas de assuntos jurídicos,
225 planejamento, outorga e fiscalização, pois são delas que surgem as resoluções para que se
226 apresentem ao conselho. Manifestou, ainda, que para se ter um conselho forte é preciso ter
227 câmaras técnicas efetivas, isto não é diferente no CNRH e nos comitês de bacias
228 hidrográficas, e que não adianta trazer mais entidades para o CERH porque sempre teremos
229 a dificuldade em ter quorum. Concluiu, dizendo, não querer menosprezar a importância de
230 cada órgão, mas que estamos carentes de formulação técnica dentro das câmaras, inclusive
231 este item, esta incluso no artº 4, do Projeto de Lei, onde a estrutura organizacional do
232 Conselho Estadual de Recursos Hídricos que é composto, também, de câmaras técnicas. Ato
233 seguinte, o Presidente Paulo Cesar da Costa manifestou que teria que se ausentar da
234 Reunião. O conselheiro Cláudio Ramos Floriani Júnior, solicitou a palavra para manifestar
235 que antes da retirada do Presidente, necessitaria a aprovação para inserir na pauta, em
236 regime de urgência, uma proposta de moção da CASAN, contrária ao Projeto de Lei nº 315,
237 que esta em votação no Congresso Nacional, que propõe a alteração dos recursos do setor
238 elétrico passado aos Estados para os municípios onde tem geração de energia. Manifestou,
239 ainda, existir uma moção que foi aprovada pelo CNRH que está no Senado, onde pede a
240 rejeição desse projeto, porque em alguns estados os recursos do FEHIDRO tem a finalidade
241 de apoiar os comitês de bacias Além do CNRH, outros conselhos estaduais já aprovaram a
242 mesma moção. O Secretário Executivo Sr. Carlos Alberto Rockenback, perguntou a plenária
243 sobre a inserção na pauta da Moção, de forma extraordinária, antes dos assuntos gerais. O
244 Presidente Paulo Cesar da Costa, manifestou que os recursos do FEHIDRO é de
245 fundamental importância para aplicação da política catarinense de recursos hídricos e
246 concordou em inserir na pauta a moção. No ato seguinte, o Presidente manifestou que teria
247 de se ausentar da reunião e, seguindo o Regimento Interno do CERH, perguntou quem dos
248
249
250
251



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

252 conselheiros presentes gostaria de dar continuidade a mesma, assumindo, portanto, o
253 conselheiro Cláudio Ramos Floriani Júnior. O Sr. Rui Batista Antunes, retoma o assunto
254 sobre a composição do CERH, recordando o que havia sido discutido até então, ou seja:
255 discutir o projeto de lei em uma reunião extraordinária, ou dar continuidade a discussão,
256 onde em através de algumas manifestações a FATMA e GEPMA, participaria das câmaras
257 técnicas e não do CERH, sendo que as duas entidades deveriam manifestar a respeito do
258 assunto. Manifestou, ainda, que de acordo com o discutido até o momento existem oito
259 entidades das seis necessárias no Projeto de Lei, incluindo já a SEF e a SPG. O Presidente
260 Cláudio Ramos Floriani Júnior, manifestou, antes de colocar em votação, que gostaria de
261 ouvir dos representantes da GEPMA e da FATMA, que sempre participaram e apoiaram o
262 conselho, se seria possível atuarem na Câmara Técnica Institucional e Legal, na qual é a
263 mais importante por ser onde se analisa toda a legalidade e emite os pareceres para
264 apresentar ao CERH. O Cap. Marledo Egídio Costa, manifestou que como qualquer órgão
265 público participar de formulação de políticas públicas é muito importante e que a GEPMA,
266 como órgão integrante do Estado, sempre quis participar e apoiar, principalmente, nesta caso
267 de recursos hídricos. Manifestou, ainda, que é forte o argumento da retirada da GEPMA e
268 da FATMA do CERH, porém, a GEPMA não tem em suas atribuições a formulação de
269 políticas públicas, assim, outros órgãos importantes do Estado, vão deixar de participar se a
270 GEPMA firmar sua posição. Mesmo assim, a GEPMA gostaria de estar participando do
271 CERH de alguma maneira e de poder ajudar na formulação de políticas, seja ela em câmara
272 técnicas ou seja no CERH, pois a GEPMA nunca se omitiu em estar a disposição e participar
273 em qualquer lugar e em qualquer situação com relação a formulação de políticas públicas na
274 questão de recursos hídricos. Para concluir, manifestou que é uma verdade a GEPMA
275 participar do CERH, porém cabe a cada um dos conselheiros julgar o que é mais importante
276 no caso, se a participação de uma Secretaria de Estado ou de um batalhão de polícia no
277 CERH, ou ainda, ela ajudar através de outro aspecto. O Presidente Cláudio Ramos Floriani
278 Júnior, manifestou que gostaria de ousar e propor aos conselheiros que SEF e a SPG
279 permanecesse no CERH tendo a FATMA e GEPMA como suplente, assim, estas entidades
280 garantiriam suas presenças com direito a voz e voto. O conselheiro Germano Amorim Filho,
281 manifestou que para a SEF ter um representante, a indicação é feita pelo Secretario e, no
282 caso, da suplência ser da FATMA ou da GEPMA, precisaria ser negociada com a entidade,
283 o que dificultaria a operacionalização por serem entidades distintas e não saberia como a
284 FATMA ou a GEPMA representaria, no caso, a SEF. Lembrou, ainda, que fez uma
285 manifestação em reunião anterior no qual manifestou a importância de aprovar a Lei já com
286 a nominata das entidades, justamente para evitar este tipo de discussão. O Presidente
287 Cláudio Ramos Floriani Júnior, manifestou que a última reunião do CERH ocorreu em 2009 e
288 que em dezembro não foi possível por falta de “quorum” e justamente a SPG não participa
289 das reuniões e é importante a participação da SEF e da SPG para não contingenciar os
290 recursos que é o que vem ocorrendo, já a FATMA e a GEPMA normalmente estão presentes
291 as reuniões. Acrescentou, ainda que na última reunião sugeriu que a SDS enviasse ofício as
292 entidades que não compareceram a reunião do CERH. O conselheiro Germano Amorim
293 Filho, manifestou que não conhece o seu suplente e acredita que pelo que foi informado, o
294 mesmo esteja aposentado, motivo este que vai averiguar na SEF. O Senhor Gilvani Voltolini
295 manifestou que defende a permanência de sua entidade no CERH, pois respeita o trabalho
296 que já vem sendo feito no mesmo durante estes anos. Concluiu manifestando que para não
297 polemizar mais sobre o assunto em pauta, estaria de acordo quanto a permanência da
298
299
300
301



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

302 FATMA tanto no Conselho ou mesmo nas câmaras técnicas. O Presidente Cláudio Ramos
303 Floriani Júnior, colocou então em votação o assunto discutido, ficando, portanto, da seguinte
304 forma: seis representantes de Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta com
305 interesse no gerenciamento de recursos Hídricos: SDS, SES, SAR, SIE, SEF, SPG, sendo
306 que a FATMA e GEPMA irão fazer parte das câmaras técnicas. Nas três representações de
307 empresas públicas, autarquias ou sociedade de economia mista concessionária de serviços
308 públicos relacionadas com o uso de recursos hídricos: CASAN, CELESC Geração e
309 EPAGRI. Para as três representações de entidades públicas de ensino e pesquisa com
310 interesse na área de recursos hídricos; IFSC, UFSC e UDESC. O conselheiro Francisco
311 Carlos Portela, manifestou por ter participado de poucas reuniões, até porque o CERH se
312 reuni pouco, não lembrar da UDESC ter participado de reuniões do mesmo. A conselheira
313 Beate Frank, manifestou que a UDESC nunca foi convidada a fazer parte deste CERH
314 porque a mesma integra a ACAFE da qual ela representa, e com essa nova proposta, a
315 ACAFE fica fora. A UDESC possui várias possibilidades de participação por ter em Lages,
316 o centro Agro-veterinário, em Florianópolis o setor de geografia e o setor de Engenharia
317 Civil em Joinville. Acrescentou, ainda, que a UDESC pela sua atuação técnica na área é
318 mais importante hoje do que a IFSC, pois desconhece sua atuação. Se este CERH esta
319 pensando em universidades federais, deveria convidar, além da UFSC, a nova Universidade
320 Federal da Fronteira Sul. O conselheiro Silvio Thadeu de Menezes; manifestou que não
321 justifica o IFSC participar do CERH, porque a formação de profissionais nos seus cursos
322 não estão relacionados com recursos hídricos, sendo, portanto, importante distribuir melhor
323 as vagas para as entidades que tenham efetiva participação e formação de profissionais na
324 área. O conselheiro José Vicente Miranda Regina, manifestou a importância da
325 Universidade Federal da Fronteira Sul do Estado, pois esta abrange o extremo oeste e integra
326 os três estados, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Ainda, com relação ao IFSC, os
327 cursos relacionados com recursos hídricos seriam o de meteorologia e saneamento. A
328 conselheira Beate Frank, acrescentou sobre a importância em apostar na interiorização da
329 ciência, tecnologia e desenvolvimento do Estado. A universidade esta inserida em uma das
330 grandes regiões hidrográficas brasileiras, seria interessante em apostar nesta Universidade
331 para que se faça uma gestão de recursos hídricos mais descentraliza. Acrescentou, ainda, a
332 importância de convidar outras entidades para participar das câmaras técnicas e socializar as
333 informações. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior, colocou em votação o assunto até
334 então discutido, o qual foi finalmente aprovado com a Universidade Federal da Fronteira Sul
335 compondo o CERH. Ato seguinte, o Presidente conduziu para o sexto item da pauta, sobre a
336 proposta de encaminhamento ao CNRH de documento para a gestão compartilhada e criação
337 do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba e a aprovação de
338 Resolução CERH nº 001/2010. O Sr. Rui Batista Antunes, fez uma manifestação onde
339 abordou todo o processo de mobilização social já existente, há mais ou menos dez anos, na
340 Bacia do Rio Mampituba. Acrescentou que no mês de abril do corrente ano, o CNRH
341 aprovou e criou as unidades de gerenciamento de gestão de recursos hídricos, e com esta
342 aprovação, o CNRH encaminhou ofício para os dois estados, SC e RS, sobre a possibilidade
343 em reativar e criar o comitê da bacia do rio Mampituba. Uma das exigências para a devida
344 criação é a aprovação dos dois conselhos de recursos hídricos, para isso, os Conselheiros
345 deveriam aprovar, ou não, a Resolução 001/2010. Após a leitura da minuta de resolução
346 CERH nº 001/2010, pelo Secretário Executivo, Sr. Carlos Alberto Rockenback, a
347 conselheira Beate Frank, manifestou-se sobre a redação da mesma, sugerindo a troca da
348
349
350
351



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

352 palavra “apoio” para: “aprovar o processo de criação” e da frase: “com a sua gestão” para
353 “por meio da gestão”. Manifestou, ainda, que em outra reunião do CERH fosse exposto ao
354 mesmo, o que se entende por gestão compartilhada, pois este aspecto não esta previsto
355 claramente na política de recursos hídricos. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior,
356 manifestou que depois de muita discussão, foi aprovado pelo CNRH a criação das unidades
357 de gerenciamento de gestão de recursos hídricos para que não fosse necessário criar comitês
358 federais em todos os rios de domínio da união. Acrescentou em verificar com o pessoal da
359 ANA para que venha a SC fazer uma apresentação de como está sendo feito a gestão
360 compartilhada, colocando o item em votação após as discussões, o qual foi por unanimidade.
361 Passou para o sétimo item da pauta sobre a proposta de criação do Comitê de Gerenciamento
362 das Bacias Hidrográficas dos Rio Chapecó, Irani e Contíguos. O representante do Pró-
363 Comitê Chapecó, Antônio Baptiston, foi convidado a manifestar sobre o processo de criação
364 daquele Comitê, o qual discorreu sobre o mesmo e todos os entraves enfrentados ao longo
365 de dez anos para a criação da proposta da composição e criação do Comitê Chapecó. O Sr.
366 Rui Batista Antunes, referendou o manifestado pelo mesmo, sobre o tempo e a mobilização
367 realizada pelo Grupo Pró Comitê naquela Bacia. Afirmou, ainda, que a SDS queria ter
368 vivido a experiência da criação do comitê concomitante com a execução do plano da bacia
369 financiado pelo Microbacias 2. Acrescentou que a composição atual foi motivo de várias
370 consultas do Grupo Pró Comitê a SDS, onde, inclusive houveram várias ajustes para se
371 chegar a composição final que está sendo colocado para a deliberação dos Conselheiros. O
372 conselheiro José Vicente Miranda Regina, manifestou-se sobre a quantidade de
373 representantes da composição que participam no futuro comitê e observou que na categoria
374 usuários não possui nenhum representante do setor hidrelétrico. O representante do comitê
375 Antonio Baptiston , manifestou que foi fixado em cinquenta o número de membros devido a
376 região ser muito grande, mas o processo é dinâmico e no futuro deverá haver
377 necessariamente alterações. A respeito da entidade que representa o setor hidrelétrico ficou a
378 Associação dos Produtores de Energia Elétrica – APESC, por representar amplamente o
379 setor e por estar inserida dentro da bacia. A conselheira Beate Frank manifestou que o
380 processo da proposta de criação esta correto, pois o decreto que cria o comitê não integra a
381 composição do mesmo, pois esta faz parte do regimento interno, que é o próximo
382 documento a ser aprovado. Afirmou, ainda, que todos os comitês já tiveram essa dificuldade,
383 porque as entidades querem participar e não comparecem as reuniões, a exemplo da
384 FATMA e da CELESC, no caso do Comitê Itajaí. Para sanar este problema, o Comitê Itajaí
385 optou por não ter no regimento interno a indicação das entidades, e sim definir o seu
386 numero. Inicialmente o Comitê Itajaí começou com sessenta e cinco integrantes e,
387 atualmente, estamos com cinquenta. Ainda, a cada quatro anos é realizado um processo de
388 eleição entre os pares de todos os participantes. É recomendável que adotem isto desde o
389 inicio porque depois as mudanças regimentais são extremamente demoradas e atrapalham
390 muito o andamento do processo no comitê. O conselheiro José Belmont Verzola, solicitou a
391 palavra para justificar que a efetivação da CELESC Geração ocorreu a mais ou menos dois
392 anos, antigamente era uma entidade única, quando então o técnico Oscar Graff era o
393 representante da CELESC no comitê de Itajaí. Quando a CELESC Geração foi instalada,
394 existiam vinte funcionários e agora existem cinquenta, mesmo assim, é uma empresa muito
395 pequena ainda e se a CELESC for colocar um representante em cada reunião de comitê pelo
396 estado não teria nem representante pra isso, mas deveremos resolver o problema da
397 representatividade junto ao Comitê Itajaí. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior,



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

402 colocou em votação o 7º item da pauta o qual foi aprovado por unanimidade. O oitavo item
403 da pauta consistiu na Análise da Resolução nº 02/2010 do Comitê Canoas que aprova o
404 Regimento Interno do mesmo. O Sr. Rui Batista Antunes, manifestou a ausência do
405 representante do comitê Canoas e acrescentou que este comitê foi criado em 2001 e só agora
406 esta sendo aprovado o regimento interno do mesmo, pois até então funcionava com uma
407 minuta de regimento interno. Afirmou, ainda, que esta proposta de regimento interno esta
408 dentro das normas legais e a SDS havia sugerido algumas adaptações na proposta para que
409 o comitê fosse mais funcional. A conselheira Beate Frank lamentou a ausência do
410 representante do comitê e manifestou não ter recebido a proposta a partir do capítulo V.
411 Acrescentou então que percebeu, até onde pode ler dois aspectos. O primeiro diz respeito ao
412 parágrafo segundo, artigo sexto, onde diz que o grupo de usuários de água será composto
413 por dezesseis representantes e seus respectivos suplentes. No parágrafo segundo diz que: a
414 participação do grupo de usuários da água no Comitê Canoas será habilitada mediante a
415 outorga e direito de uso de recursos hídricos expedida pelo órgão competente. Ou seja,
416 enquanto não tiver expedida a outorga a todos os usuários daquela bacia o comitê não pode
417 funcionar, para isso tem que ter um item depois dizendo que: enquanto não se tem outorga
418 se faz de outra forma. No Comitê Itajaí, por exemplo, diz que o usuário tem que estar
419 cadastrado, isto é então uma questão a ser pensada. O segundo aspecto, diz respeito a
420 estrutura organizacional que cria câmara técnica, mas não diz como ou qual sua função e,
421 ainda, continua com a estrutura antiga de alguns comitês, onde a secretaria executiva tem o
422 apoio de um núcleo de técnico e outro administrativo. O Sr. Rui Batista Antunes, pediu
423 desculpas pelo problema no caso de não ter sido enviado às demais páginas da resolução.
424 Com relação há manter alguns aspectos de regimentos antigos na proposta de regimento do
425 Comitê Canoas, foi opção do mesmo em mante-los. Com relação a criação da Câmara
426 Técnica, na proposta do regimento, em seu artigo quarenta e um, está explícito a função e a
427 formação da mesma. Acrescentou ainda concordar com a sugestão da Conselheira Beate
428 sobre a obrigatoriedade da outorga para os usuários de água poder participar no Comitê e
429 que esta proposta é originária da minuta de uma resolução feita pelo Consultor Gilberto
430 Canali, e adotada, também, por outros Comitês, inclusive o do Itajaí. A conselheira Beate
431 Frank sugere, para resolver a questão da outorga e a participação no Comitê, que o parágrafo
432 quarto, do Artigo quinto, a frase: “mediante processo de inscrição junto à Secretaria do
433 Comitê”, seja alterada por: “mediante procedimento a ser deliberado pelo Comitê”. Ato
434 seguinte e com a concordância dos Conselheiros, sobre a proposta apresentada, o Presidente
435 Cláudio Ramos Floriani Júnior, colocou a mesma para aprovação a qual foi devidamente
436 aprovada. Passou-se para o nono item da pauta que diz respeito ao Processo de Revisão do
437 Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Rui Batista Antunes, informou aos conselheiros
438 sobre o processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, que ocorrerão
439 oficinas regionais temáticas e que o Estado de Santa Catarina três unidades de gestão:
440 Atlântico Sul, Paraná e Uruguai. Para a organização das oficinas serão criadas comissões
441 regionais para duas oficinas, uma no mês de agosto em Passo Fundo e outra no mês de
442 setembro em Florianópolis. Para compor a comissão organizadora, o Conselho teria que
443 indicar dois representantes. Ato seguinte, foi aprovado a definição dos seguintes
444 conselheiros: para a bacia do Uruguai o representante José Vicente Miranda Regina, como
445 titular, e como suplente, Francisco Carlos Portela – representante titular da Secretaria de
446 Estado da Saúde – SES e na bacia do Atlântico Sul a titular será Beate Frank e como
447 suplente Vanessa Santos. Passando para o décimo item da pauta: Apresentação do Projeto



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

452 SC Rural–Microbacias3–Gestão de Recursos Hídricos e criação da Comissão Técnica do
453 Projeto SC Rural–Microbacias 3. O Senhor Guilherme Xavier de Miranda Junior, técnico da
454 Diretoria de Recursos Hídricos, fez uma apresentação sobre o Projeto em questão e o
455 Secretário Executivo, Sr. Carlos Alberto Rockenback, fez a leitura da proposta de resolução
456 003/2010. A conselheira Beate Frank solicitou a palavra para perguntar se o Conselho tem
457 comissões técnicas ou câmaras técnicas, e qual documento determina isto. O Sr. Rui Batista
458 Antunes esclarece que o atual regimento interno do CERH estabelece comissões técnicas e
459 que a partir da alteração da legislação que criou o CERH estas comissões passam a
460 denominar-se câmaras técnicas. A conselheira Beate Frank sugeriu, ainda, que no terceiro
461 considerando da proposta em discussão, a palavra “relata” fosse substituída por “estabelece”
462 e no inciso III, do Art. 2º da proposta de resolução, a palavra “homologação” fosse
463 substituída por “aprovação”. O conselheiro José Vicente Miranda Regina, indagou sobre o
464 título da comissão técnica: “Acompanhamento do Programa de Competitividade da
465 Agricultura Familiar de Santa Catarina”, se não deveria ser em relação a gestão de recursos
466 hídricos no âmbito do Microbacias 3, o qual foi aprovado por todos. Na continuidade da
467 discussão da Resolução nº 003, o Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior, coloca para
468 manifestação dos Conselheiros a composição da comissão. O Sr. Rui Batista Antunes
469 solicitou a palavra para manifestar que a sugestão da SDS é que a composição da comissão
470 seja, principalmente, formada pelas entidades que integram o Microbacias 3, no caso, a
471 própria SDS, SAR, FATMA, GEPMA e SIE. Após algumas manifestações integraram,
472 ainda, a Comissão as seguintes entidades: ACAFE, CASAN, FETAESC e ABRH, sendo que
473 a Conselheira Beate Frank sugeriu que o GTC, ou seja, as entidades que o compõem, sejam
474 convidadas a participar das reuniões da Comissão. O Presidente Cláudio Ramos Floriani
475 Júnior colocou em votação o 10º item da pauta, com as modificações e inserções discutidas,
476 o qual foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo passou-se para o décimo primeiro item
477 da pauta: Encaminhamentos do Plano Integrado de Mitigação e Prevenção de Desastres
478 Naturais da Bacia do Itajaí encaminhado via FAPESC/GTC. O Secretário Executivo, Sr.
479 Carlos Alberto Rockenback, fez a leitura do ofício encaminhado ao Presidente do CERH o
480 qual encaminhava o documento assunto da pauta. Acrescentou, ainda, que o plano deveria
481 ser apresentado e discutido em dezembro e como não teve “quorum” isto não foi possível e
482 que o Diretor da DRHI deveria manifestar sobre o mesmo mas como não pode estar presente
483 a intenção é de propor que o Plano seja encaminhado para CTIL para trazer ao Conselho
484 uma posição mais detalhada em relação a ele. O Sr. Rui Batista Antunes, manifestou, que o
485 plano ignora algumas leis estaduais, esquece que existe um Sistema Estadual de
486 Gerenciamento de Recursos Hídricos e a própria Política de Recursos Hídricos e desconhece
487 a Defesa Civil, por isso seria interessante que o Conselho encaminhasse para CTIL para ver
488 essas superposições institucionais e legais. Concluiu dizendo que este plano é mais um que
489 pretende retirar recursos do FEHIDRO para executar suas ações. Após as explicações o
490 Presidente perguntou se estava compreendido o assunto em questão e se algum conselheiro
491 ainda gostaria de manifestar. A Conselheira Beate Frank manifestou que o Plano em
492 momento algum diz que vai utilizar recursos do FEHIDRO ou de outros fundos, já que na
493 pagina vinte e oito do documento já publicado, diz que: o plano demandará ações específicas
494 de captação de recursos para execução e financiamento de projetos e que entre os fundos
495 poderá ser recursos do FEHIDRO. Ainda, manifestou que se sabe que o FEHIDRO é
496 supervisionado pelo CERH e que cada fundo possui suas regras, ou seja, o FEHIDRO no
497 Plano não esta nem impositivo e nem impeditivo e também não vai contra a legislação
498
499
500



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

501 estadual. Os Conselheiros devem acompanhar o que vem ocorrendo já como resultado deste
502 Plano a exemplo da assinatura de um Termo de Cooperação entre o Governo do Estado e a
503 JICA e mais aprovar este plano e acompanhar os trabalhos da JICA. O Sr. Rui Batista
504 Antunes manifestou que apesar de todo o esforço para se chegar a este Plano que inclusive
505 servirá de diretrizes do próprio CERH, quando disse que vai contra a legislação, é
506 justamente porque o Plano omite o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos
507 Hídricos, bem como a própria defesa civil, e que, por isso, seria interessante ser
508 encaminhado para a CTIL, para rever as sobreposições institucionais ali encontradas. O
509 Conselheiro Francisco Carlos Portela manifestou que gostaria de saber sobre este Plano o
510 que contempla sobre o que vem ocorrendo, ainda, no Morro do Baú, pois a população se
511 encontra doente, sem empregos e o pior, construindo em áreas condenadas com o aval das
512 prefeituras locais. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior manifestou sobre as duas
513 posições colocadas, quais sejam: a posição da SDS em que o Plano seja encaminhado para a
514 CTIL e a posição da Conselheira Beate Frank em aprovar o mesmo. A Conselheira Beate
515 Frank lembrou que logo após os desastres trouxe ao CERH uma manifestação do Comitê do
516 Itajaí apoiado pelo Fórum Catarinense de Comitês, para que o CERH tomasse providências
517 urgentes em acompanhar e ajudar nas articulações das ações do Governo, que eram caóticas,
518 e não houve nenhuma manifestação do mesmo e o Comitê, então, foi atrás do GTC. O
519 Conselheiro José Vicente Miranda Regina manifestou que ao observar a lista de
520 participantes do Plano, observa que a SDS esta entre elas, no entanto o CERH esta fora deste
521 documento, portanto não caberia a este mandar o documento para análise interna já que o
522 mesmo encontra-se discutido e publicado e tem que reconhecer que é um excelente
523 documento que servirá de base para outras ações. Acrescentou, ainda, que lamenta o CERH
524 não ter se articulado a tempo para constar no documento o nome de seu representante. O
525 Secretário Executivo Senhor Carlos Alberto Rockenback explanou que a proposta de
526 encaminhamento para CTIL seria para uma avaliação correta e melhor detalhada para
527 esclarecimentos aos Conselheiros. Ainda, disse que a SDS não esta fazendo nenhum
528 julgamento de mérito se está bom ou ruim, mesmo porque os técnicos da mesma
529 participaram deste Plano. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior lembrou sobre os dois
530 pontos em discussão e colocou para votação, onde, foi aprovado por unanimidade o Plano
531 Integrado de Mitigação e Prevenção de Desastres Naturais da Bacia do Itajaí. Em seguida
532 passou para o próximo item da pauta que seria a indicação de votação de duas moções. A
533 primeira que foi mencionada no início da reunião seria uma Moção sobre a rejeição do PL
534 315/2009, que tramita no Senado Federal. O Presidente solicitou ao Secretário Executivo
535 que lesse um documento feito pelo Fórum Nacional de Comitês que serviria de base para a
536 Moção ora a ser aprovada. O Secretário Executivo Carlos Alberto Rockenback fez à leitura
537 do documento. O Conselheiro José Vicente Miranda Regina manifestou que essa medida é
538 totalmente prejudicial, porque pulveriza os recursos do Estado e conseqüentemente do
539 FEHIDRO, por isso, inclusive, várias entidades de nível nacional estão recomendando a
540 rejeição desse projeto, para que seja uma medida de proteção e monitoramento para o
541 melhor destino dos recursos oriundos da compensação financeira pelo uso da água para
542 geração de energia elétrica. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior, manifestou se os
543 conselheiros concordam, coloca em votação a Moção a rejeição do PL 315 onde foi
544 aprovada por unanimidade. Ato seguinte passou para a Moção nº 11 do Comitê de
545 Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e perguntou se algum Conselheiro
546 gostaria de fazer algum comentário sobre a mesma. A conselheira Beate Frank manifestou
547
548
549
550



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

551 que o Presidente colocou para votação a Moção do Comitê do Itajaí e se for aprovado ela se
552 transformaria em Moção do CERH e não se trata de aprovar a Moção no CERH já que a
553 mesma pede esclarecimentos. Talvez o CERH possa solicitar a SDS que faça os
554 esclarecimentos solicitados na Moção. Afirmou, ainda, que o CNRH enviou uma resposta no
555 final do ano passado decidindo não se manifestar sobre o assunto por ser de cunho Estadual.
556 O Sr. Rui Batista Antunes faz a leitura da Moção nº 11 do comitê Itajaí, afirmou que por
557 parte da SDS as respostas e esclarecimentos solicitados na Moção foi encaminhado para o
558 Comitê e, neste caso, o que está se discutido agora é a mesma Moção que foi enviada para
559 este CERH. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior manifestou que a mesma Moção
560 foi encaminhada ao Governo de Estado, ao CNRH e ao CERH para que os conselheiros se
561 manifestassem a respeito. É importante o CERH tomar conhecimento da resposta que a SDS
562 deu para o Comitê Itajaí e propõe que na próxima reunião do Conselho a SDS apresente
563 formalmente ao CERH as respostas dos itens inquiridos para que se possa ser conhecido
564 pelos Conselheiros. O Secretário Executivo Carlos Alberto Rockenback manifestou que o
565 encaminhamento pelo Presidente do Conselho está correto e que a Secretaria Executiva se
566 propõe a demonstrar aos Conselheiros as respostas a esses itens na próxima reunião que
567 deverá ser em agosto. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior manifestou que é
568 importante que a SDS encaminhe ao CERH por escrito a resposta ao Comitê e perguntou se
569 os Conselheiros concordam em colocar o encaminhamento para próxima reunião o qual foi
570 aprovado por unanimidade. Sobre o próximo item da pauta Balanço Geral de uso dos
571 recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e previsão para 2010, o Presidente
572 manifestou que em função do passamento do irmão do Flavio Victória – Diretor de Recursos
573 Hídricos, a apresentação não iria ser realizada. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior
574 manifestou que conforme informação do novo Secretário Executivo do CERH, a próxima
575 reunião ocorrerá no início de agosto. O Conselheiro Silvio Thadeu de Menezes solicitou a
576 Secretaria Executiva do CERH que no início do ano faça uma agenda de reuniões para que
577 os Conselheiros possam se preparar para participar das mesmas com antecedência. O Sr. Rui
578 Batista Antunes manifestou que em 2010 foi feito todo um esforço para que os comitês
579 apresentassem os planos de operacionalização e fortalecimento dos mesmos em tempo hábil
580 ao processo eleitoral e que treze comitês assim o fizeram, mas mesmo assim, após a
581 descentralização dos recursos orçamentários às SDR's, estas, estão com dificuldades de
582 assinar o convênio devido a uma instrução normativa do Governador sobre o período
583 eleitoral. Salientou, ainda, que a SDS fez sua parte e continua lutando para que os comitês
584 possam, ainda, receber os recursos no ano em curso. Em relação ao CERH ter um calendário
585 de reuniões, apesar da importância e da necessidade, é importante esclarecer que o CERH já
586 fez isto e não deu certo, até porque o CERH é diferente do CONSEMA que tem em suas
587 pautas a análises de muitos processos que envolvem tempo e não podem ser acumuladas, já
588 as reuniões do CERH são feitas baseados em assuntos que possam criar uma pauta
589 consistente e que justifique a convocação dos Conselheiros. Ainda, solicitou, às entidades
590 que optaram em fazer parte da CTIL que encaminhe para o CERH os nomes de seus
591 representantes, pois já foi solicitado através de ofício e não obtivemos respostas. A
592 Conselheira Beate Frank solicitou que a próxima reunião fosse ordinária, pois no mês de
593 maio o Comitê do Itajaí aprovou o seu Plano de Bacia e já encaminhou a Resolução do
594 plano para a homologação do Conselho. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior,
595 manifestou ainda, que talvez não possa ser marcado uma data para a próxima reunião e sim
596 dar um prazo de sessenta dias para que ela possa ocorrer, até porque, para o CERH



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

601 homologar o Plano da Bacia do Itajaí, antes deve ser analisado pela CTIL, que esta sendo
602 formado. Em seguida passou para os informe gerais o qual manifestou sobre o Encontro
603 Nacional de Comitês de Bacias que ocorrerá nos dias 22 a 26 de novembro conforme folder
604 entregue. Solicitou aos representantes dos comitês presentes que reativassem o Fórum
605 Catarinense de Comitês de Bacias, pois existe uma vaga no Fórum Nacional de Comitês de
606 Bacias que infelizmente ainda não foi preenchida ficando assim a participação dos comitês
607 catarinenses debilitado. O Senhor Djalma S. Bittencourt, representante do Comitê Tijucas,
608 manifestou que os Comitês tem interesse em participar das reuniões, mas o problema é
609 financeiro, não existe verba para acompanhar esses eventos e que se não receberem recursos
610 estão sujeitos a fecharem as portas. O Sr. Rui Batista Antunes solicitou a palavra para
611 manifestar que os recursos para operacionalização e fortalecimento dos comitês foram
612 repassados até o ano passado, e que tem comitês de bacias que adquiriram veículos,
613 possuem todos os equipamentos necessários e que inclusive colocavam na natureza das
614 despesas viagens de seus componentes para participarem de encontros e reuniões.
615 Infelizmente esta acontecendo deste ano talvez não puder ser repassado devido ao ano
616 eleitoral. Acrescentou, ainda, que com relação a não ter recurso para viajar e manter o
617 comitê seria um pouco de injustiça e que defende a SDS, porque faz quatro ou cinco anos
618 que todos os projetos de comitês passam por ele e todos aqueles que enviaram projetos
619 receberam recursos para sua manutenção que gira em torno de 60 a 90 mil reais por comitê.
620 Concordou com a reivindicação do Djalma Presidente do Comitê Tijucas para o auxílio de
621 liberar o recurso para manter os comitês no ano de 2010 e que, muitas vezes, falta um pouco
622 de criatividade dos comitês em fazer outros projetos para buscar recursos de outros agentes
623 financeiros. O Senhor Djalma S. Bittencourt, representante do Comitê Tijucas, propôs que o
624 CERH faça uma moção para que os recursos do FEHIDRO no ano de 2010 seja liberado. A
625 representante do Comitê Urussanga Cenilda Mazzucco, defendeu sobre o a questão da
626 moção do CERH para liberação dos recursos, porque é impossível o funcionamento de
627 comitês sem verbas e não se pode parar tudo o que foi começado. O Presidente Cláudio
628 Ramos Floriani Júnior manifestou que a Secretaria Executiva irá fazer a Moção sobre o
629 assunto e os Conselheiros se colocaram de acordo. O Sr. Rui Batista Antunes ainda
630 manifestou sobre o movimento que estava se formando com o apoio da SDS para a criação
631 do Comitê da Bacia Hidrográfica da Ilha de Santa Catarina. O Conselheiro José Vicente
632 Miranda Regina manifestou que em abril participou de uma reunião promovida pelo
633 Ministério Público Federal, do Rio Grande do Sul cujo tema era se os comitês de bacias
634 existentes tem interesse em criar o Comitê da Bacia do Rio Uruguai e que do Estado de
635 Santa Catarina estava presente somente um representante do Comitê Canoas e da SDS o
636 Senhor Carlos Rockemback. Ainda, foi solicitado (membro de comitê não identificado na
637 gravação) ao Conselho para que os comitês recebessem o material das reuniões para que
638 esses possam contribuir nas reuniões. O Presidente Cláudio Ramos Floriani Júnior
639 manifestou que os demais itens das Informações Gerais serão esclarecidos em próxima
640 reunião como: Processo de criação do órgão gestor de recursos hídricos de SC, Mapeamento
641 Hidrogeológico de Santa Catarina – SDS//DRHICPRM, Base Cartográfica –
642 Aerofotogrametria. Outorgas Preventivas para abastecimento público em SC. Agradeceu a
643 presença de todos os Conselheiros e declarou encerrada a reunião.

648
649
650



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH**

**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 24/06/2010**

651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668

Florianópolis,

Paulo Cesar da Costa
Presidente do CERH

Cláudio Ramos Floriani Júnior
Presidente Substituto

Carlos Rockemback
Secretário Executivo